

Justiça recebe nesta semana ação da Adusp que contesta “confisco Alckmin” dos 5%

Nesta semana, provavelmente em 18/11, a Adusp ingressará com ação judicial para suspender o desconto salarial de 5%, instituído pela Lei Complementar nº 943/03 a título de contribuição previdenciária (“confisco Alckmin”). Nossa expectativa é de que uma decisão liminar determine sua imediata suspensão. Mas não há garantia quanto a isso, apesar de essa estar sendo a tendência majoritária na justiça paulista.

Nas ações preliminares que um conjunto de entidades de servidores, com os quais nos articulamos, encaminhou para serem distribuídas às 14 Varas da justiça em São Paulo, encontramos oito Varas da Fazenda Pública despachando favoravelmente à nossa demanda e seis varas contrárias à concessão de liminares. É esta a relação de risco que teremos nesta fase inicial, pois não há possibilidade de se escolher nem o juiz nem a vara para onde o processo irá.

Parecer

As contestações jurídicas ao confisco são sólidas e contam com o respaldo de parecer jurídico emitido pelo doutor Vicente Greco Filho, que, entre outras credenciais, é professor titular da Faculdade de Direito da USP e procurador da justiça aposentado. Em seu parecer, ele enfatiza:

“No caso da Lei Paulista, nenhum princípio constitucional foi respeitado”; “existe a destemperada disposição no sentido de que a receita reverterá ao Tesouro do Estado!”; “não há qualquer

base atuarial na fixação do percentual de 5%”.

E ainda: “Não há qualquer norma financeira de contribuição do Estado. É simplesmente novo encargo e que representa verdadeiro confisco, caracterizando violação frontal ao princípio da irreduzibilidade de vencimentos e do direito adquirido. Os agentes públicos que ingressaram antes da Lei tinham a expectativa da aposentadoria não contributiva, de modo que a eles não se pode, agora, atribuir-lhes ônus adicionais...”

Liminar

A ação contra o confisco dos 5% será feita em nome de

todos os associados da entidade, ou seja, se bem sucedida beneficiará todos os afiliados à Adusp. Ela será encaminhada como pedido de mandado de segurança coletivo, processo que visa proteger um direito, líquido e certo, violado por uma autoridade pública.

O juiz que receber o processo analisa primeiro o pedido de liminar, em um prazo de 48 horas, em média. Caso seja concedida a liminar, os professores afiliados à Adusp ficam liberados do desconto de 5% a partir do ho-

lerite de dezembro. A liminar vale até que o processo seja julgado em definitivo.

Dentre as ações preliminares vitoriosas, constavam três pedidos, por parte de professores afiliados à Adusp, de mandado de segurança preventivo, recurso empregado quando uma autoridade pública en-

contra-se em vias de violar um direito civil (nesse caso, antes que o primeiro desconto fosse realizado). As três ações receberam liminar favorável (ver

Informativo Adusp 148).

É preciso esclarecer que para os associados da Adusp que já têm tempo para se aposentar, ou são aposentados, e que portanto não são vítimas do desconto de 5%, a ação não terá consequência alguma. Além disso, caso a ação seja vitoriosa, os sócios da Adusp que hoje não estão sendo descontados continuarão com essa vantagem, mesmo depois de aprovada a PEC 67.

Lembramos ao colega que qualquer que seja a decisão liminar, o processo prosseguirá tramitando até que haja uma decisão final. Manteremos todos regularmente informados sobre o desenrolar da ação.

**Fortaleça
sua entidade
Filie-se à Adusp
www.adusp.org.br**

Salários e Previdência em debate nas comissões técnicas do Fórum das Seis e Cruesp

Na reunião realizada em 6/11, a disposição dos técnicos do Cruesp em discutir a disponibilidade de recursos pode ser resumida na manifestação de um deles: “Eu não trouxe nem a calculadora...”

Mas o Fórum das Seis não apenas reafirmou ser fundamental realizar a discussão com o Cruesp sobre perdas salariais, como tratar de questões importantíssimas relacionadas aos descontos previdenciários em função da Lei Complementar nº 943, no Estado, e das emendas à Constituição Brasileira.

Em ofício encaminhado ao presidente do Cruesp, professor Adolpho Melfi, o Fórum das Seis reivindica a realiza-

ção de reunião com os reitores ainda em novembro, para discutir os seguintes pontos:

1) Reposição das perdas inflacionárias desde abril/2003 e que, até o final de novembro, deverão acumular cerca de 2,2%.

2) Cumprimento da Disposição Transitória da Lei Complementar nº 943, que prevê isenção do desconto de 5% a todos aqueles que têm direito à aposentadoria voluntária e permanecem em atividade. A Lei não exclui aqueles que têm direito à aposentadoria voluntária proporcional e, portanto, cabe às universidades cumprir essa determinação legal e tomar providências imediatas para a restituição dos valores

indevidamente recolhidos. É importante ressaltar que as universidades não estão repassando os 5% confiscados para o Estado, mas constituindo fundo próprio com este dinheiro.

3) Suspensão do recolhimento da contribuição previdenciária de 6% ao Ipesp para todos aqueles que teriam direito à aposentar-se voluntariamente e permaneceram em atividade, conforme está previsto na Emenda Constitucional nº 20, Artigo 8 e respectivo parágrafo 5. Restituição dos valores que tenham sido indevidamente recolhidos desde 15 de dezembro de 1998, quando a Emenda entrou em vigor.

4) Completar a discussão dos seguintes pontos pen-

dentes da Pauta de Reivindicações de 2003:

4.1) Contratação em tempo integral de professores e funcionários, por concurso público; fim das tereirizações e dos contratos precários;

4.2) Expansão de vagas em cursos regulares de graduação, com financiamento adicional para a manutenção da qualidade de ensino, para a ampliação da assistência estudantil e da infra-estrutura para ensino e pesquisa;

4.3) Recuperação do atendimento de qualidade nos Hospitais Universitários, com a necessária contratação de médicos e funcionários, preservando-os sob responsabilidade das universidades e inseridos no SUS.

Simpósio de Pós-Graduação discute escassez de bolsas

O valor, a quantidade e a distribuição regional das bolsas concedidas pelas agências de fomento aos pós-graduandos estiveram no centro dos debates no simpósio “A Pós-graduação na USP — Desafios e Perspectivas”, realizado em 5/11, na Cidade Universitária, e organizado pela Associação de Pós-Graduandos da USP Capital (APG), a representação discente no Conselho Universitário e nos Conselhos Centrais e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP.

Participaram o professor Marcel Bursztyn, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o professor Carlos Vogt, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o professor José Roberto Drugowitch, chefe de gabinete do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a professora Suely Vilela, pró-reitora de Pós-Graduação, e André Frazão Helene, representante da APG.

O presidente da Capes abriu o debate admitindo a atual inexistência de um plano para a pós-graduação, e afirmando ser necessária uma análise do sistema de avaliação da Capes, hoje bastante calcado na “produtividade” dos pesquisadores, medida, por exemplo, pelo número de artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras.

Ditadura

Para o professor Bursztyn, “avaliar a avaliação da Capes é fundamental”. “Não podemos sucumbir à ditadura das métricas, dos números, e também não podemos avaliar coisas diferentes com critérios iguais”, disse o professor, referindo-se à padronização existente no sistema de avaliação da Capes.

Após ressaltar que a Capes funciona em “regime parla-

mentarista” e que, portanto, as sugestões do presidente não são automaticamente implementadas, Bursztyn afirmou que a principal mudança no sistema de avaliação deveria ser a dos critérios para concessão de bolsas: ao invés de vincularem-se necessariamente à nota obtida pelo curso junto à Capes, teria peso também a demanda social de regiões brasileiras periféricas.

Como apresentou posteriormente por slides o professor José Roberto Drugowitch, o Estado de São Paulo conta com um terço do total de cursos de pós-graduação do país e, dentre os cursos de mestrado e doutorado avaliados pela Capes com notas 6 e 7 (as maiores) em todo o Brasil, um terço também se localiza em São Paulo.

Desequilíbrio

O professor Bursztyn admitiu haver uma “demanda espontânea de bolsas por parte do mercado”, causando não apenas a concentração de bolsas em determinadas regiões, como também em determinadas áreas de pesquisa, sem avaliação prévia por parte da Capes ou da universidade quanto à relevância do curso, pertencente talvez a uma área já saturada.

Assim, ao mesmo tempo em que a Administração de Empresas tornou-se a área que mais recebe bolsas da Capes, inexistente a preocupação em criar, em regiões periféricas, como o Norte do país, cursos de pós-graduação que atendam às necessidades da sociedade local. Dessa forma, a mudança de critérios de avaliação sugerida pelo professor Bursztyn visaria diminuir o desequilíbrio geográfico brasileiro no fomento à pesquisa e na quantidade de bolsas.

Entretanto, não havendo incremento na dotação orçamentária, isso obviamente significaria diminuição no número de bolsas concedidas ao



Helene, Drugowitch, Carla Caratin, Vilela, Bursztyn e Vogt: financiamento em debate. Ao lado: professor João Zanetic participa da discussão

Estado de São Paulo, piorando um cenário em que, como mostrou o bolsista Frazão Helene no simpósio, houve queda de 30% no número de bolsas na USP entre 1997 e 2002.

Abaixo-assinado

Quanto à questão que mais interessava aos pós-graduandos presentes no simpósio, o valor e a quantidade de bolsas oferecidas pela Capes, o professor Bursztyn foi claro: “Temos um orçamento previsto para o próximo ano semelhante ao desse ano, o que nos permite tão somente dizer que o valor das bolsas será mantido, e a quantidade, idem”. Em seguida, ironicamente, o professor Bursztyn aceitou assinar o abaixo-assinado que circulou pelo simpósio, “Campanha Bolsas 2003 – Pelo aumento do número e do valor das bolsas de pós-graduação”, uma iniciativa da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

O abaixo-assinado solicita o aumento do número e o reajuste emergencial das bolsas de pós-graduação das agências federais (Capes e



CNPq), para o atual exercício, em 46,95%, retroativo a janeiro de 2003, embora, segundo o documento, as perdas relativas a nove anos sem reajustes, calculadas com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), somem 136%.

O abaixo-assinado reivindica também a aprovação da Lei de Pós-Graduandos, conforme projeto de lei 2315/03, apresentado pelo deputado Jorge Bittar (PT-RJ), que contempla, entre outros itens, a vinculação

dos valores das bolsas à remuneração dos docentes das universidades federais. O último reajuste no valor das bolsas da Capes e do CNPq ocorreu em 1994; na Fapesp, o último reajuste deu-se em 1996. O professor Carlos Vogt, presidente da Fapesp, também assinou o documento. Ao fim do simpósio, o abaixo-assinado foi entregue aos próprios Bursztyn e Vogt, e enviado ao presidente do CNPq, Erney Plessman, e ao ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral.

Campanha para reabrir inquérito sobre o assassinato de Toninho

Roseana Garcia, viúva do prefeito Toninho, de Campinas, assassinado em setembro de 2001, lançou uma campanha para que seja reaberto o inquérito policial de apuração do crime. O objetivo é obter grande número de adesões a um abaixo-assinado que será encaminhado às autoridades federais, pedindo intervenção federal no caso.

Demonstre sua solidariedade, assinando o abaixo-assinado no sítio da Internet www.quemmatoutoninho.org.

PRECATÓRIOS

OAB-SP representa ao TCE contra governo do Estado

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo (OAB-SP), e o Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares do Poder Público (Madeca), entraram com representações, no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, contra o governo estadual e a Prefeitura, por descumprimento sistemático do pagamento dos chamados precatórios.

De acordo com a representação encaminhada ao TCE, “os precatórios alimentares devidos pelo Estado encontram-se numa situação assaz desoladora”, pois não foram pagos “os precatórios alimentares de 1998, 1999, 2000, 2001

e 2002”, e logo estarão pendentes também os de 2003. Restam ainda pendentes de pagamento, além desses, “os saldos de centenas de precatórios de 1995, bem como de todos aqueles constantes dos orçamentos de 1996 e 1997”.

No início de 2003, diz o documento, “foi publicamente alardeado pelo governo do Estado que a sua intenção era a de quitar, neste ano, os saldos pendentes dos precatórios alimentares de 1995, 1996 e 1997. Isso possibilitaria que no ano vindouro iniciassem-se os pagamentos dos precatórios de 1998”.

“Atuação pífia”

No entanto, “a atuação do Estado no trato daquela

questão vem-se revelando pífia”, pois até agora “foram pagos apenas uma parte dos saldos dos precatórios alimentares de 1995” e “os precatórios de pequeno valor (Lei estadual 11.377/03)”, num montante aproximado de R\$ 17,8 milhões.

De acordo com a representação, o governo estadual praticamente não tem utilizado recursos do Orçamento para pagar os precatórios. Vem-se valendo, quase exclusivamente, dos recursos vinculados à Lei federal 10.482/02 (“Lei Madeira”), que permitiu que certos saldos disponíveis de depósitos judiciais de natureza tributária sejam utilizados para pagamento de precatórios alimentares.

Dados fornecidos pela Procuradoria Geral do Estado indicam que entre julho de 2002 e julho de 2003 o governo estadual gastou R\$ 43,691 milhões com o pagamento de precatórios alimentares, sendo que R\$ 41,602 milhões (96%) foram extraídos de fundos de depósitos judiciais (“Lei Madeira”).

“Inconcebível”

“Dando-se continuidade a essa inconcebível política, restará claramente vulnerada a Lei Orçamentária, pois as verbas nela previstas para o pagamento de precatórios (inclusive os alimentares, que pelos termos do artigo 100 da Constituição Federal gozam de preferência sobre os demais)

não estão sendo utilizadas”.

A representação pede ao conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga, relator, no TCE, das contas do governo do Estado relativas a 2003, que “alerte a administração pública estadual para as graves consequências jurídicas que poderão lhe recair”.

Documento semelhante foi enviado ao TCM. A Prefeitura de São Paulo tem seis anos de precatórios atrasados. Só em 2003, o município deve R\$ 255 milhões, mas a lei orçamentária consignou apenas R\$ 24,5 milhões para pagar essas dívidas, o que “caracteriza desobediência à Constituição da República e à própria requisição judicial, que foi de aproximadamente R\$ 200 milhões”.

Agência USP de Inovação ou de perpetuação?

O reitor Adolpho Melfiori, por meio de Portaria, em 31/10, um grupo de trabalho com o objetivo de propor a implantação da “Agência USP de Inovação”. A maior parte dos membros do GT designados pelo professor Melfiori têm cargos na burocracia da USP ou do Estado. Metade deles é ligada às fundações privadas “de apoio” ou aos programas de cursos pagos implantados na universidade.

De acordo com a Portaria, a “Agência USP de Inovação” terá “a missão de identificar, apoiar, implementar, comunicar, difundir e promover, nas áreas das ciências exatas, biológicas e das humanidades, a inovação científica e tecnológica da USP, intermediando parcerias estratégicas com os setores privado e governamental, para melhor contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo e do país”.

Fazem parte do GT o ex-reitor Jacques Marcovitch, coordenador de projetos na Fundação Instituto de Administração (FIA), que a presidiu por sete anos; o professor Guilherme Ary Plonski, superintendente do IPT, vinculado à FIA e à Fundação Vanzolini; o professor José Franchini Ramires, dirigente da Fundação Zerbini, membro da CERT; o professor Vahan Agopyan, ligado ao PECE, programa de cursos pagos da Escola Politécnica; o professor Sérgio Muniz Oliva Filho, coordenador da Ceca, que promove inúmeros cursos pagos.

Os demais integrantes são o professor Osvaldo Massambani, secretário-adjunto da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo; o professor Francisco Landi, diretor-presidente da Fapesp; e os professores Raul Machado Neto, Vanderlei Bagnato e Wanderley Messias da Costa.

Grupo Interministerial para propor reforma universitária?

No dia 20/10, a comunidade universitária foi surpreendida pelo decreto do Presidente da República que instituiu um GT Interministerial para “analisar a situação atual e apresentar propostas de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IPES)”. Este GT foi encarregado de, entre outros, apresentar propostas para a adequação da legislação sobre as IFES, aos objetivos definidos para as ações, referentes as suas “estruturas regimentais, eficácia da gestão, aspectos organizacionais, administrativos e operacionais, melhoria de qualidade, dos serviços e instrumentos de avaliação de desempenho”.

O signatário, evocando o artigo 84, inciso VI, alínea “a” da Constituição confunde as Universidades com quaisquer outras estruturas da administração direta federal e fere de frente o artigo 207 desta mes-

ma Constituição, o qual trata da autonomia universitária, preceito historicamente caro à comunidade acadêmica.

Não bastasse este fato, extremamente grave, é consternante verificar que o GT se compõe, sob a coordenação do MEC, de representantes dos seguintes órgãos: I. Ministério da Educação; II. Casa Civil; III. Secretaria Geral da

Presidência da República; IV. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; V. Ministério da Ciência e Tecnologia e VI. Ministério da Fazenda.

Qual a competência filosófica, científica, técnica e política deste GT para analisar e propor ações em matéria de tamanha complexidade quanto uma reestruturação universitária?

PEE-PSP é projeto de lei substitutivo

No dia 31/10 foi protocolado na Assembléia Legislativa o substitutivo 0001/2003 ao PL 1066 (PEE do governo), assinado por Carlinhos Almeida (presidente da Comissão de Educação da AL), Maria Lúcia Prandi, Roberto Felício (membros desta Comissão) e outros 12 deputados. Este substitutivo contém todo “Plano Estadual: Proposta da Sociedade Paulista” e o apresenta como alternativa à proposta oficial.

A publicação desta proposta se deu no DOE de 05/11/2003 (p. 14-33), tendo sido precedida pela publicação de outras 44 emendas pontuais, quase todas também baseadas no PEE-PSP, que foi considerado um trabalho de fôlego. Em particular, as emendas 2 a 33 de Roberto Felício (DOE de 01/11/2003, p. 9-27) são uma transcrição de trechos do próprio PEE-PSP. Os projetos de lei e suas emendas encontram-se, desde o dia 04/11, na Comissão de Constituição e Justiça da AL.

Congregações colocam em debate o tema “fundações”

Algumas congregações começam a movimentar-se para discutir a questão do relacionamento entre a USP e as fundações privadas ditas “de apoio”. A Congregação do Instituto de Matemática e Estatística (IME) promoverá um debate no dia 20/11, às 13h30, em que serão discutidos os relatórios de maioria e de minoria do GT Fundações.

A Congregação do Instituto de Física pautou o tema para sua próxima reunião, marcada para o dia 27/11. Todos os relatórios produzidos no GT serão discutidos. Antes da reunião, haverá um debate sobre as fundações privadas “de apoio”, a ser promovido por uma comissão indicada pela própria Congregação.

“Para além das fundações”

Antecipando-se às congregações, o DCE organizou o debate “Para além das fundações”, realizado nos dias 29, 30 e 31/10, em diferentes unidades. No dia 29/10, falaram os professores Francisco Miraglia, vice-presidente da Adusp, André Franco Montoro Filho, da FEA e da Fipe, e Franklin de Almeida, da FFLCH. No dia 30/10, os debatedores foram os professores Ciro Correia e Guilherme Ary Plonski (ver *Informativo Adusp* 150). No dia 31/10, a mesa reuniu os professores Marcos Magalhães, do IME, Celso Grisi, da FEA e da Fipe, e Telma Zorn, do ICB, e o pós-graduando Wagner Romão, da FFLCH.

Os debates contaram com boa participação discente. Além disso, recolocaram no centro da discussão algumas questões de fundo, como público versus privado, sociedade versus mercado, natureza e finalidades do trabalho intelectual e do ensino etc.

Extensão gratuita

O professor Miraglia chamou atenção, no debate de 30/10, para o fato de que o trabalho intelectual tem caráter artesa-

nal e não pode ser submetido a critérios industriais, o que deve ser levado em conta quando se discute o financiamento do ensino. Quanto à extensão universitária, só se justifica se tem como origem e como destino o ensino e a pesquisa. “A Universidade capta problemas da sociedade e devolve soluções, mas não como venda de serviços, que é incompatível com a Universidade pública”.

Posição diferente foi defendida pelo professor André Franco Montoro Filho, para quem a Universidade precisa dar respostas ao mercado, que, para ele, identifica-se com a sociedade. O professor Montoro Filho informou, em resposta a um questionamento, que a Fipe não ingressou na Funasp, entidade que congrega parte das fundações “de apoio”.

No debate de 31/10 (fotos), o professor Magalhães (no destaque) sustentou que as fundações criam, na universidade, um viés de privatização. “Professor deveria ter em perspectiva a universidade e a sociedade, não o individual ou o dinheiro”, completa. Assim, “os cursos pagos deveriam ser combatidos por serem ilegais consti-



tucionalmente e também por causa desse viés que criam”.

Essa visão foi contestada pelo professor Grisi. A professora Telma Zorn procurou situar-se numa posição intermediária, enfatizando a importância de se disciplinar o funcionamento das fundações. Segundo a professora, “as fundações têm partes boas e partes ruins, e por isso devemos disciplinar as partes ruins”.



DCE organiza “Semana dos Movimentos Populares”

Com o mote “Vamos ocupar a USP”, aconteceu de 10/11 a 14/11 na Cidade Universitária a “Semana dos Movimentos Populares”, organizada pelo DCE-Livre com os objetivos de construir o diálogo entre o movimento estudantil e outros movimentos sociais populares e chamar a atenção para o papel da universidade frente a tais movimentos.

As mesas de debate realizadas abordaram os temas “Educação e Cultura para a transformação social”, “A mídia e os movimentos populares”, “As transforma-

ções no mundo do trabalho”, “Violência e opressão como controle social”, “Alca e OMC” e “Unidade dos Movimentos Sociais”. Entre os debatedores, representantes do Movimento dos Sem Educação, do Movimento dos Sem Universidade e do MST.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) organizou, com apoio do DCE, um acampamento no gramado em frente à Reitoria, para simbolizar uma “ocupação” do campus.

“Apesar de agora termos governo de esquerda no Brasil, se não houver mui-



Crianças do MTST acampadas na USP

ta mobilização por parte da sociedade, as mudanças que esperamos para o país

não vão ocorrer”, acredita Renato Ribeiro, diretor do DCE.